

Modelo de Governo

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente e Diretor clínico	António Maria Vieira Pires (Área de cuidados de saúde primários)		
Vogal (1) – Diretor clínico	Maria Eugénia Monteiro André (Área de cuidados hospitalares)	RCM n.º 60/2017, de 09/05 a)	2017-2019
Vogal (2)	Catarina Maria Alves Arizmendi Filipe		
Vogal (3) Enf Diretor	José Valdemar Silva Rodrigues		
Vogal (4)	José Nunes	RCM n.º 70/2017, de 02/06 b)	2017-2019
Fiscal Único			
Efetivo	Oliveira Reis & Associados, SROC representada pelo Dr. João Carlos Cruzeiro da Silva	Desp. SEATF n.º 1515/2016,	2016-2018

Suplente	Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha	de 29/12. c)
-----------------	---	---------------------

Conselho Consultivo

Presidente	António dos Santos Ramalho Eanes	Desp. MS nº 3153/ 2014, de 25/02.	2014-2016
-------------------	---	--	------------------

-
- a) A nomeação produz efeitos a 01/04/2017
b) A nomeação produz efeitos a 01/06/2017
c) A nomeação produz efeitos a 29/12/2016. O fiscal único anterior, Pontes Baptista & Associados, SROC, esteve em funções até junho de 2016, tendo apresentado renúncia ao cargo em julho 2016, tal como o suplente.

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
--------------	-----------------------	----------------	----------------

Conselho de Administração

Presidente e Diretor clínico	António Maria Vieira Pires (Área hospitalar)
---	---

Vogal (1) – Diretor	José Tavares Fernandes
----------------------------	-------------------------------

clínico	(Área de cuidados de saúde primários)	RCM n.º	
Vogal (2)	Sandra Maria Nunes Duarte	2/2014, de 23/01 a)	2014-2016
Vogal (3)	João Carlos Lourenço Nunes		
Enf Diretor			
Fiscal Único			
Efetivo	Oliveira Reis & Associados, SROC	Desp. SEATF	
	representada pelo Dr. João Carlos Cruzeiro	n.º 1515/2016,	2016-2018
	da Silva	de 29/12. b)	
Suplente	Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha		
Conselho Consultivo			
Presidente	António dos Santos Ramalho Eanes	Desp. MS	2014-2016
		nº 3153/	
		2014, de	
		25/02.	

d) A nomeação produz efeitos a 01/01/2014

e) A nomeação produz efeitos a 29/12/2016. O fiscal único anterior, Pontes Baptista & Associados, SROC, esteve em funções até junho de 2016, tendo apresentado renúncia ao cargo em julho 2016, tal como o suplente.

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente e	António Maria Vieira Pires		
Diretor clínico	(Área hospitalar)	RCM N.º	
Vogal (1) –	José Tavares Fernandes	23/2013,de	
Diretor clínico	(Área de cuidados de saúde primários)	06/09 a)	
Vogal (2)	Sandra Maria Nunes Duarte		
Vogal (3)	João Carlos Lourenço Nunes		
Enf Diretor			
Vogal (4)	Rita Maria de Mira Franco Bélico de Velasco Resende*	Desp. MEF 2011-2013	
Vogal (5)	Elsa Maria Baião Ferreira Airoso Banza*	MS N.º	
		15747/	
		2011, de	
		21/11 b)	
Fiscal Único			
Efetivo	Pontes, Baptista & Associados, SROC	Desp. SET	
		nº 8738/	2010-2012
Suplente	Fernando da Costa Baptista, ROC	2010, de	
		07/05.	

Conselho Consultivo		Desp. MS
Presidente	João José Castel Branco da Silveira	Nº 4588/2011, de 15/03.
		2011-2013

f) A nomeação produz efeitos a 21/11/2011

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	Luís Manuel Santos Correia	Desp. MEF MS	
Vogal (1)	Carlos Alberto Fernandes Canaveira	Nº 8516/	2010-2012
Vogal (2)	Ana Maria Gerales Correia	2010, de	
Vogal (3)	Maria Eugénia Monteiro André (a)	10/05.	
Vogal (4)	Carlos Manuel Rosa Almeida		
Vogal (5)			
Fiscal Único			
Efetivo	Pontes, Baptista & Associados, SROC	Desp. SET nº 8738/2010, de 07/05.	2010-2012

Suplente	Fernando da Costa Baptista, ROC		
Presidente	Conselho Consultivo		Desp. MS
			Nº 4588/ 2011-2013
	João José Castel Branco da Silveira		2011, de 15/03.

(a) – Diretor Clínico, com efeitos a partir de 14 de Junho de 2010 (Despacho do MEF e MS n.º 13869/2010, de 01/09).

Estatuto remuneratório fixado

1. Conselho Administração

2017-2019

Presidente e Diretor Clínico para os Cuidados de Saúde Primários:

- Remuneração base mensal de 5.500,36 euros, 14 vezes por ano; (a)
- Despesas de representação de 1.131,89 euros, 12 vezes por ano.

Neste concreto, esclarece-se que, de acordo com o Estatuto do Gestor Público (EGP), a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. a classificação B, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, o PCA auferir após a vigência do PAEF o vencimento mensal líquido de 3.719,78€, pago 14 (catorze) vezes por ano e o abono mensal líquido para despesas de representação de 1.487,91€, pago 12 (doze) vezes por ano, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Considerando que o Gestor optou pelo vencimento do lugar de origem, o mesmo auferir o vencimento mensal líquido de 5.500,36€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 1.131,89€, desde 01 de abril de 2017.

Por aplicação da redução remuneratória de 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Gestor auferir o vencimento mensal líquido de 5.225,34€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 1.075,30€, desde 01 de abril de 2017.

Vogais:

Vogal (1) Diretor Clínico para os Cuidados Hospitalares

- Remuneração base mensal de 4.956,87 euros, 14 vezes por ano. (a)
- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

De acordo com o (EGP), a RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da RCM n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a RCM n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela RCM n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. a classificação B, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, o Gestor auferiria o vencimento mensal líquido de 2.975,82€, pago 14 (catorze) vezes por ano, e o abono mensal líquido para despesas de representação de 1.190,33€, pago 12 (doze) vezes por ano, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Considerando que o Gestor optou pelo vencimento do lugar de origem, o mesmo auferirá o vencimento mensal líquido de 4.956,75€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 843,65€, desde 01 de abril de 2017.

Por aplicação da redução remuneratória de 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Gestor auferirá o vencimento mensal líquido de 4.708,91€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 801,47€, desde 01 de abril de 2017.

- Vogal (2)**
- Remuneração base mensal de 2.812,16 euros, 14 vezes por ano.
 - Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

De acordo com o EGP, a RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da RCM n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a RCM n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela RCM n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. a classificação B, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, o Gestor auferiria o vencimento mensal líquido de 2.975,82€, pago 14 (catorze) vezes por ano, e o abono mensal líquido para despesas de representação de 1.190,33€, pago 12 (doze) vezes por ano.

Considerando que, por força do n.º 3 da RCM n.º 36/2012, de 26/03, durante a vigência do PAEF, da aplicação das regras de fixação de remuneração aí estabelecidas não pode resultar um aumento de remuneração efetivamente paga ao Gestor, o que se verificaria no caso concreto se se aplicassem as regras decorrentes das RCM supra mencionadas, e que, em data anterior, ao Gestor foi fixado, por Despacho Conjunto de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, de maio de 2011, o vencimento mensal líquido de 2.812,16€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 843,65€, o mesmo auferirá, desde 01 de abril de 2017, os mencionados valores, aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei, sempre que aplicáveis.

Por aplicação da redução remuneratória de 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Gestor auferirá o vencimento mensal líquido de 2.671,55€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 801,47€, desde 01 de abril de 2017, valores aos quais se aplicam outras reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Vogal (3) Enf. Diretor

- Remuneração base mensal de 2.812,16 euros, 14 vezes por ano.
- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

De acordo com o EGP, a RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da RCM n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a RCM n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela RCM n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. a classificação B, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, o Gestor auferiria o vencimento mensal ilíquido de 2.975,82€, pago 14 (catorze) vezes por ano, e o abono mensal ilíquido para despesas de representação de 1.190,33€, pago 12 (doze) vezes por ano.

Considerando que, por força do n.º 3 da RCM n.º 36/2012, de 26/03, durante a vigência do PAEF, da aplicação das regras de fixação de remuneração aí estabelecidas não pode resultar um aumento de remuneração efetivamente paga ao Gestor, o que se verificaria no caso concreto se se aplicassem as regras decorrentes das RCM supra mencionadas, e que, em data anterior, ao Gestor foi fixado, por Despacho Conjunto de Sua Excelência, o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, de maio de 2011, o vencimento mensal ilíquido de 2.812,16€ e o abono mensal ilíquido para despesas de representação de 843,65€, o mesmo auferirá, desde 01 de abril de 2017.

Por aplicação da redução remuneratória de 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Gestor auferirá o vencimento mensal ilíquido de 2.671,55€ e o abono mensal ilíquido para despesas de representação de 801,47€, desde 01 de abril de 2017.

Vogal (4) - Remuneração base mensal de 3.682,87 euros, 14 vezes por ano. (a)

- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

De acordo com o (EGP), a RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da RCM n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a RCM n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela RCM n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. a classificação B, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, o Gestor auferiria o vencimento mensal ilíquido de 2.975,82€, pago 14 (catorze) vezes por ano, e o abono mensal ilíquido para despesas de representação de 1.190,33€, pago 12 (doze) vezes por ano.

Considerando que o Gestor optou pelo vencimento do lugar de origem, o mesmo auferirá o vencimento mensal ilíquido de 3.682,87€ e o abono mensal ilíquido para despesas de representação de 843,65€, desde 01 de junho de 2017.

Por aplicação da redução remuneratória de 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Gestor auferirá o vencimento mensal ilíquido de 3.498,72€ e o abono mensal ilíquido para despesas de representação de 801,47€, desde 01 de junho de 2017.

(a) – Opção pelo vencimento de origem.

2016-2018

Presidente e Diretor Clínico para a Área Hospitalar:

- Remuneração base mensal de 5.500,36 euros, 14 vezes por ano; (a)
- Despesas de representação de 1.131,89 euros, 12 vezes por ano.

Neste concreto, esclarece-se que, de acordo com o Estatuto do Gestor Público (EGP), a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. a classificação B, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, o PCA auferirá após a vigência do PAEF o vencimento mensal ilíquido de 3.719,78€, pago 14 (catorze) vezes por ano e o abono mensal ilíquido para despesas de representação de 1.487,91€, pago 12 (doze) vezes por ano, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Considerando que o Gestor optou pelo vencimento do lugar de origem, o mesmo auferirá o vencimento mensal ilíquido de 5.500,36€ e o abono mensal ilíquido para despesas de representação de 1.131,89€, desde 01 de janeiro de 2014, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei, sempre que aplicáveis.

Por aplicação da redução remuneratória de 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Gestor auferirá o vencimento mensal ilíquido de 5.225,34€ e o abono mensal ilíquido para despesas de representação de 1.075,30€, desde 01 de janeiro de 2014, valores aos quais se aplicam outras reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Vogais:

Vogal (1) Diretor Clínico

- Remuneração base mensal de 5.273,94 euros, 14 vezes por ano. (a)
- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

De acordo com o (EGP), a RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da RCM n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a RCM n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela RCM n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. a classificação B, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, o Gestor auferirá o vencimento mensal ilíquido de 2.975,82€, pago 14 (catorze) vezes por ano, e o abono mensal ilíquido para despesas de representação de 1.190,33€, pago 12 (doze) vezes por ano, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Considerando que o Gestor optou pelo vencimento do lugar de origem, o mesmo auferirá o vencimento mensal ilíquido de 5.273,94€ e o abono mensal ilíquido para despesas de representação de 843,65€, desde 01 de janeiro de 2014, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei, sempre que aplicáveis.

Por aplicação da redução remuneratória de 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Gestor auferir o vencimento mensal líquido de 5.010,24€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 801,47€, desde 01 de janeiro de 2014, valores aos quais se aplicam outras reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Vogal (2) - Remuneração base mensal de 2.812,16 euros, 14 vezes por ano.
- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

De acordo com o EGP, a RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da RCM n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a RCM n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela RCM n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. a classificação B, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, o Gestor auferiria o vencimento mensal líquido de 2.975,82€, pago 14 (catorze) vezes por ano, e o abono mensal líquido para despesas de representação de 1.190,33€, pago 12 (doze) vezes por ano, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Considerando que, por força do n.º 3 da RCM n.º 36/2012, de 26/03, durante a vigência do PAEF, da aplicação das regras de fixação de remuneração aí estabelecidas não pode resultar um aumento de remuneração efetivamente paga ao Gestor, o que se verificaria no caso concreto se se aplicassem as regras decorrentes das RCM supra mencionadas, e que, em data anterior, ao Gestor foi fixado, por Despacho Conjunto de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, de maio de 2011, o vencimento mensal líquido de 2.812,16€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 843,65€, o mesmo auferir, desde 01 de janeiro de 2014, os mencionados valores, aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei, sempre que aplicáveis.

Por aplicação da redução remuneratória de 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Gestor auferir o vencimento mensal líquido de 2.671,55€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 801,47€, desde 01 de janeiro de 2014, valores aos quais se aplicam outras reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Vogal (3) Enf. Diretor
- Remuneração base mensal de 2.812,16 euros, 14 vezes por ano.
- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

De acordo com o EGP, a RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da RCM n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a RCM n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela RCM n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. a classificação B, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, o Gestor auferiria o vencimento mensal líquido de 2.975,82€, pago 14 (catorze) vezes por ano, e o abono mensal líquido para despesas de representação de 1.190,33€, pago 12 (doze) vezes por ano, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Considerando que, por força do n.º 3 da RCM n.º 36/2012, de 26/03, durante a vigência do PAEF, da aplicação das regras de fixação de remuneração aí estabelecidas não pode resultar um aumento de remuneração efetivamente paga ao Gestor, o que se verificaria no caso concreto se se aplicassem as regras decorrentes das RCM supra mencionadas, e que, em data anterior, ao Gestor foi fixado, por Despacho Conjunto de Sua Excelência, o Secretário de Estado

do Tesouro e Finanças e de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, de maio de 2011, o vencimento mensal íliquido de 2.812,16€ e o abono mensal íliquido para despesas de representação de 843,65€, o mesmo aufere, desde 01 de janeiro de 2014, os mencionados valores, aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei, sempre que aplicáveis.
Por aplicação da redução remuneratória de 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Gestor aufere o vencimento mensal íliquido de 2.671,55€ e o abono mensal íliquido para despesas de representação de 801,47€, desde 01 de janeiro de 2014, valores aos quais se aplicam outras reduções remuneratórias fixadas por Lei.

(a) – Opção pelo vencimento de origem.

Desde 01.01.2014

Presidente e Diretor Clínico área Hospitalar:

- Remuneração base mensal de 5.500,36 euros, 14 vezes por ano; (a)
- Despesas de representação de 1.131,89 euros, 12 vezes por ano.

Neste concreto, esclarece-se que, de acordo com o Estatuto do Gestor Público (EGP), a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. a classificação B, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, o PCA aufere após a vigência do PAEF o vencimento mensal íliquido de 3.719,78€, pago 14 (catorze) vezes por ano e o abono mensal íliquido para despesas de representação de 1.487,91€, pago 12 (doze) vezes por ano, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Considerando que o Gestor optou pelo vencimento do lugar de origem, o mesmo aufere o vencimento mensal íliquido de 5.500,36€ e o abono mensal íliquido para despesas de representação de 1.131,89€, desde 01 de janeiro de 2014, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei, sempre que aplicáveis.

Por aplicação da redução remuneratória de 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Gestor aufere o vencimento mensal íliquido de 5.225,34€ e o abono mensal íliquido para despesas de representação de 1.075,30€, desde 01 de janeiro de 2014, valores aos quais se aplicam outras reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Vogais:

Vogal (1) Diretor Clínico

- Remuneração base mensal de 5.273,94 euros, 14 vezes por ano. (a)
- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

De acordo com o (EGP), a RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da RCM n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a RCM n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela RCM n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. a classificação B, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, o Gestor auferiria o vencimento mensal líquido de 2.975,82€, pago 14 (catorze) vezes por ano, e o abono mensal líquido para despesas de representação de 1.190,33€, pago 12 (doze) vezes por ano, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Considerando que o Gestor optou pelo vencimento do lugar de origem, o mesmo auferirá o vencimento mensal líquido de 5.273,94€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 843,65€, desde 01 de janeiro de 2014, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei, sempre que aplicáveis.

Por aplicação da redução remuneratória de 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Gestor auferirá o vencimento mensal líquido de 5.010,24€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 801,47€, desde 01 de janeiro de 2014, valores aos quais se aplicam outras reduções remuneratórias fixadas por Lei.

- Vogal (2)
- Remuneração base mensal de 2.812,16 euros, 14 vezes por ano.
 - Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

De acordo com o EGP, a RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da RCM n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a RCM n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela RCM n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. a classificação B, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, o Gestor auferiria o vencimento mensal líquido de 2.975,82€, pago 14 (catorze) vezes por ano, e o abono mensal líquido para despesas de representação de 1.190,33€, pago 12 (doze) vezes por ano, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Considerando que, por força do n.º 3 da RCM n.º 36/2012, de 26/03, durante a vigência do PAEF, da aplicação das regras de fixação de remuneração aí estabelecidas não pode resultar um aumento de remuneração efetivamente paga ao Gestor, o que se verificaria no caso concreto se se aplicassem as regras decorrentes das RCM supra mencionadas, e que, em data anterior, ao Gestor foi fixado, por Despacho Conjunto de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, de maio de 2011, o vencimento mensal líquido de 2.812,16€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 843,65€, o mesmo auferirá, desde 01 de janeiro de 2014, os mencionados valores, aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei, sempre que aplicáveis.

Por aplicação da redução remuneratória de 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Gestor auferirá o vencimento mensal líquido de 2.671,55€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 801,47€, desde 01 de janeiro de 2014, valores aos quais se aplicam outras reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Vogal (3) Enf. Diretor

- Remuneração base mensal de 2.812,16 euros, 14 vezes por ano.
- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

De acordo com o EGP, a RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da RCM n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a RCM n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela RCM n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. a classificação B, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, o Gestor auferiria o vencimento mensal líquido de 2.975,82€, pago 14 (catorze) vezes por ano, e o abono mensal líquido para despesas de representação de 1.190,33€, pago 12 (doze) vezes por ano, valores aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei.

Considerando que, por força do n.º 3 da RCM n.º 36/2012, de 26/03, durante a vigência do PAEF, da aplicação das regras de fixação de remuneração aí estabelecidas não pode resultar um aumento de remuneração efetivamente paga ao Gestor, o que se verificaria no caso concreto se se aplicassem as regras decorrentes das RCM supra mencionadas, e que, em data anterior, ao Gestor foi fixado, por Despacho Conjunto de Sua Excelência, o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, de maio de 2011, o vencimento mensal líquido de 2.812,16€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 843,65€, o mesmo auferirá, desde 01 de janeiro de 2014, os mencionados valores, aos quais se aplicam as reduções remuneratórias fixadas por Lei, sempre que aplicáveis.

Por aplicação da redução remuneratória de 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Gestor auferirá o vencimento mensal líquido de 2.671,55€ e o abono mensal líquido para despesas de representação de 801,47€, desde 01 de janeiro de 2014, valores aos quais se aplicam outras reduções remuneratórias fixadas por Lei.

(a) – Opção pelo vencimento de origem.

De 01.09.2013 – 31.12.2013

Presidente e Diretor Clínico área Hospitalar:

- Remuneração base mensal de 5.500,36 euros, 14 vezes por ano; (a)
- Despesas de representação de 1.131,89 euros, 12 vezes por ano.

Vogais:

Vogal (1) Diretor Clínico - Remuneração base mensal de 5.273,94 euros, 14 vezes por ano. (a)
- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

Vogal (2) - Remuneração base mensal de 2.812,16 euros, 14 vezes por ano.
- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

Vogal (3) Enf. Diretor - Remuneração base mensal de 2.812,16 euros, 14 vezes por ano.
- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

(a) – Opção pelo vencimento de origem.

De 21.11.2011 – 31.08.2013

Presidente: - Remuneração base mensal de 5.500,36 euros, 14 vezes por ano; (a)
- Despesas de representação de 1.131,89 euros, 12 vezes por ano.

Vogais:

Vogal (5)* - Remuneração base mensal de 3.689,51 euros, 14 vezes por ano. (a)
- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

Vogal (4)* Diretor Clínico - Remuneração base mensal de 4.107,02 euros, 14 vezes por ano. (a)
- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

Vogal (3) Enf. Diretor - Remuneração base mensal de 2.812,16 euros, 14 vezes por ano.
- Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

(a) – Opção pelo vencimento de origem.

* Renúncia ao cargo a partir de 01.09.2013

2010-2011

Fixado pelo Despacho dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e Finanças e da Saúde em Maio de 2011:

Presidente – Remuneração mensal ilíquida de 4.204,17 euros a pagar 14 vezes por ano.

Vogais executivos - Remuneração mensal ilíquida de 3.535,29 euros a pagar 14 vezes por ano.

2. Fiscal Único

2016-2018

A remuneração anual ilíquida do fiscal único efetivo da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E., constante da cláusula 8.^a do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Conselho de Administração desta entidade e o respetivo Fiscal Único, foi fixada nos termos do n.º 8 do artigo 15.º dos Estatutos da ULSCB, E.P.E., aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 318/2009, de 02 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, constantes do anexo III do referido diploma, e em harmonia com o disposto nos artigos 58.º e 59.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo como limite máximo o equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento base mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da ULSCB, E.P.E.

2010-2012

A remuneração anual ilíquida do fiscal único efetivo da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E., constante da cláusula 9.^a do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Conselho de Administração desta entidade e o respetivo Fiscal Único, foi fixada nos termos do n.º 5 do artigo 15.º dos Estatutos da ULSCB, E.P.E., aprovados em anexo ao Decreto Lei n.º 318/2009, de 02 de novembro, em harmonia com o estabelecido nos artigos 59.º e

60.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo como limite máximo o equivalente a 25% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento base mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da ULSCB, E.P.E.

Remunerações e outras regalias (valores anuais)

Remunerações 2016

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)		
(Início - Fim)			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora(O/D)
01-01-2014 / 31-12-2016	Presidente	ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	RCM nº 2/2014, de 23/01	23.01.2014	Sim	ULSCB, EPE	O
01-01-2014 / 31-12-2016	Diretor Clínico	JOSE TAVARES FERNANDES	RCM nº 2/2014, de 23/01	23.01.2014	Sim	ULSCB, EPE	O
01-01-2014 / 31-12-2016	Enfermeiro Diretor	JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	RCM nº 2/2014, de 23/01	23.01.2014	Não	ULSCB, EPE	NA
01-01-2014 / 31-12-2016	Vogal Executiva	SANDRA MARIA NUNES DUARTE	RCM nº 2/2014, de 23/01	23.01.2014	Não	NA	NA

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do art.º 28.º do EGP, indicar entidade pagadora (O-origem/D-destino)

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta €	
(Nome)	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	N	B	5500,36	1131,89
JOSE TAVARES FERNANDES	N	B	5273,94	843,65
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	S	B	2812,16	843,65
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	S	B	2812,16	843,65

Nota: EGP - Estatuto do Gestor público

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Bruto (3) = (1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversão Remuneratória (5)	Valor Final (6) = (1)-(2)+(3)
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	90.587,72	1.593,85	92.181,57	9.692,86	2.530,72	85.019,43
JOSE TAVARES FERNANDES	83.958,96	376,50	84.335,46	8.983,51	2.342,64	77.694,59
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	49.494,04	188,25	49.682,29	4.922,79	1.223,64	45.983,14
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	49.494,04	426,70	49.920,74	4.922,79	1.223,64	46.221,59
			276.120,06	28.521,95	7.320,64	254.918,75

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias)

(2) - corresponde a ajudas de custo

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no art.º 12-º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de setembro

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo anual Seguro de Saúde	Encargo anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo anual			Identificar	Valor
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	4,27	682,80	CGA	19.813,59				
JOSE TAVARES FERNANDES	4,27	832,65	CGA	18.362,99				
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	4,27	930,86	CGA	10.876,26				
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	4,27	883,49	SEG. SOCIAL	10.876,26				
		3.329,80		59.929,10	0	0		0

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas - 2016								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Inicio	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[€]
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	N		0				0	0	0
JOSE TAVARES FERNANDES	N		0				0	0	0
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	N		0				0	0	0
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	N		0				0	0	0

Legenda:

(1) aquisição; ALD: Leasing ou outra

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	0	0	1.593,85			0,00
JOSE TAVARES FERNANDES	0	0	376,50			0,00
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	0	0	188,25			0,00
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	0	0	426,70			0,00
						0,00

Remunerações 2015

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (1)	Data	Identificação Entidade	Pagadora(O/D)
01-01-2014 / 31/12/2016	Presidente	ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	RCM nº 2/2014, de 23/01	23.01.2014	ULSCB, EPE	O
01-01-2014 / 31/12/2016	Diretor Clínico	JOSE TAVARES FERNANDES	RCM nº 2/2014, de 23/01	23.01.2014	ULSCB, EPE	O
01-01-2014 / 31/12/2016	Enfermeiro Diretor	JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	RCM nº 2/2014, de 23/01	23.01.2014	ULSCB, EPE	NA
01-01-2014 / 31/12/2016	Vogal Executiva	SANDRA MARIA NUNES DUARTE	RCM nº 2/2014, de 23/01	23.01.2014	NA	NA

Legenda:

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	Universidade da Beira Interior	Docência	Público

Membro do Conselho de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas Representação
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	N	B	5.500,36	1.131,89
JOSE TAVARES FERNANDES	N	B	5.273,94	843,65
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	S	B	2.812,16	843,65
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	S	B	2.812,16	843,65

Nota: EGP - Estatuto do Gestor público

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	1.368,06	90.671,72	92.039,78	13.240,17	1.742,16	80.541,77
JOSE TAVARES FERNANDES	41,40	83.958,96	84.000,36	12.118,85	1.539,99	73.421,50
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	253,71	49.494,04	49.747,75	6.497,03	804,47	44.055,19
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	985,07	49.494,04	50.479,11	6.497,03	804,47	44.786,55

Nota:

Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a nos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição <input type="checkbox"/>		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	4,27	956,48	CGA	18.803,70	0	0	N/A	0
JOSE TAVARES FERNANDES	4,27	977,83	CGA	17.427,82	0	0	N/A	0
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	4,27	990,64	CGA	10.402,87	0	0	N/A	0
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	4,27	990,64	SEG. SOCIAL	10.402,87	0	0	N/A	0

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	75 €	526,45	
JOSE TAVARES FERNANDES	75 €	4,07	
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	75 €	142,41	
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	75 €	669,89	

Nota: valores sem IVA

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[€]
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	N	N	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
JOSE TAVARES FERNANDES	N	N	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	N	N	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	N	N	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Legenda:

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
JOSE TAVARES FERNANDES	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	0	0	1.368,06	N/A	0	1.368,06
JOSE TAVARES FERNANDES	0	0	41,40	N/A	0	41,40
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	0	0	253,71	N/A	0	253,71
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	0	0	985,07	N/A	0	985,07

Remunerações 2014

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (1)	Data	Identificar Entidade	Pagadora
Início / Fim					[identifica/n.a.]	[O/D]
21-11-2011 /	Presidente	ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	D - 15747/2011	21.11.2011	ULSCB, EPE	O
01-09-2013 /	Diretor Clínico	JOSE TAVARES FERNANDES	Resolução 2/2014	23.01.2014	ULSCB, EPE	O
21-11-2011 /	Enfermeiro Diretor	JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	D - 15747/2011	21.11.2011	ULSCB, EPE	NA
01-09-2013 /	Vogal Executiva	SANDRA MARIA NUNES DUARTE	Resolução 2/2014	23.01.2014	NA	NA

Legenda: (1) Indicar Resolução (R) / A G / DUE / Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem; O/D - Origem/Destino

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	(identificar)	(identificar)	(Público / Privado)
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	Universidade Beira Interior	Professor Convidado	Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto €	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas Representação
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	N	B	5500,36	1131,89
JOSE TAVARES FERNANDES	N	B	5273,94	843,65
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	S	B	2812,16	843,65
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	S	B	2812,16	843,65

Nota: EGP - Estatuto do Gestor público

Remuneração Anual (€)							
Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores *	Bruta após Reduções
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES		89.829,38	678,85	4.189,04	6.048,62	0,00	80.270,57
JOSE TAVARES FERNANDES		83.243,41	389,16	3.883,21	5.579,26	0,00	74.170,10
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES		49.129,83	141,54	2.297,29	3.184,12	0,00	43.789,96
SANDRA MARIA NUNES DUARTE		48.608,81	295,37	2.274,61	3.116,68	0,00	43.512,89

Nota:

Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a nos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

Remuneração Anual (€)

Nome	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)-(2)
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES		89.829,38	90.508,23	10.237,66	80.270,57
JOSE TAVARES FERNANDES		83.243,41	83.632,57	9.462,47	74.170,10
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES		49.129,83	49.271,37	5.481,41	43.789,96
SANDRA MARIA NUNES DUARTE		48.608,81	48.904,18	5.391,29	43.512,89

Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a nos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

Nome	Valor / Dia	Sub. Refeição	Benefícios Sociais (€)					
			Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
			Identificar	Valor			Identificar	Valor
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	4,27	918,05	CGA	18.903,03	0,00	0,00	0,00	0,00
JOSE TAVARES FERNANDES	4,27	956,48	CGA	17.522,97	0,00	0,00	0,00	0,00
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	4,27	994,91	CGA	10.366,50	0,00	0,00	0,00	0,00
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	4,27	960,75	Seg. Social	10.264,16	0,00	0,00	0,00	0,00

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	75 €	592,44 €	
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	75 €	737,64 €	
JOSE TAVARES FERNANDES	75 €	6,35 €	
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	75 €	182,52 €	

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	0,00	0,00	678,85	0,00	0,00	678,85
JOSE TAVARES FERNANDES	0,00	0,00	389,16	0,00	0,00	389,16
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	0,00	0,00	141,54	0,00	0,00	141,54
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	0,00	0,00	295,37	0,00	0,00	295,37

Remunerações 2013

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa **	Outra***	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores *	Bruta após Reduções
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	0,00	75.607,68	10.157,29	3.979,35	8.106,17	0,00	73.679,45
JOSE TAVARES FERNANDES	0,00	23.246,84	6.743,07	1.223,52	2.848,68	0,00	25.917,71
RITA MARIA MIRA FRANCO BELICO VELASCO RESENDE	0,00	31.905,10	8.191,68	1.980,27	4.346,56	0,00	33.769,95
ELSA MARIA BAIÃO FERREIRA AIROSO BANZA	0,00	34.452,00	3.404,00	1.813,26	3.572,66	0,00	32.470,08
JOAO CARLOS LOURENCO NUNES	0,00	41.676,24	5.165,75	2.193,49	3.844,95	0,00	40.803,55
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	0,00	13.387,77	2.000,81	731,16	1.408,40	0,00	13.249,02

Nota:

Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a nos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

*** Inclui subsídio férias, subsídio Natal, formação e codificação

Nota:

Dr ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES recebeu 229,15€ de formação referente a funções de docência na Faculdade de Medicina de Lisboa exercidas em data anterior à sua nomeação como Presidente do CA da ULSCB;

Dra. RITA MARIA MIRA FRANCO BELICO V. RESENDE recebeu 5.840€ de codificação clínica, tendo solicitado superiormente autorização para acumulação de funções clínicas/codificação clínica.

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais(€)						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de vida	Seguro de acidentes Pessoais	Outros	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	1.007,72	CGA	16.034,75	0	0	0	0	0
JOSE TAVARES FERNANDES	307,44	CGA	5.893,66	0	0	0	0	0
RITA MARIA MIRA FRANCO BELICO VELASCO RESENDE	691,74	CGA	9.183,59	0	0	0	0	0
ELSA MARIA BAIÃO FERREIRA AIROSO BANZA	704,55	Seg. Social	8.765,98	0	0	0	0	0
JOÃO CARLOS LOURENÇO NUNES	1.011,99	CGA	9.422,31	0	0	0	0	0
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	341,60	Seg. Social	3.717,44	0	0	0	0	0

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	75 €	814,34 €	
JOSE TAVARES FERNANDES	75 €	1,34 €	
RITA MARIA MIRA FRANCO BELICO VELASCO RESENDE	75 €	230,89 €	
ELSA MARIA BAIÃO FERREIRA AIROSO BANZA	75 €	805,39 €	acima plafond >> faturado ao próprio
JOÃO CARLOS LOURENÇO NUNES	75 €	343,40 €	
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	75 €	130,33 €	

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
ANTONIO MARIA VIEIRA PIRES	0,00	0,00	757,38	0,00	0,00	757,38
JOSE TAVARES FERNANDES	0,00	0,00	306,36	0,00	0,00	306,36
RITA MARIA MIRA FRANCO BELICO VELASCO RESENDE	0,00	0,00	274,28	0,00	0,00	274,28
ELSA MARIA BAIÃO FERREIRA AIROSO BANZA	0,00	0,00	594,75	0,00	0,00	594,75
JOÃO CARLOS LOURENÇO NUNES	0,00	0,00	95,61	0,00	0,00	95,61
SANDRA MARIA NUNES DUARTE	0,00	0,00	58,22	0,00	0,00	58,22

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[€]

Legenda:

(1) aquisição: ALD; Leasing ou outra

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações

Fiscal Único

2016

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais - 2016 (€)				
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
PONTES BAPTISTA E ASSOCIADOS, SROC	4.042,47 €	586,16 €	184,33 €	3.640,64 €	----	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

2015

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
PONTES BAPTISTA E ASSOCIADOS, SROC	9.702,00 €	1.406,78 €	184,34 €	8.479,56 €

2014

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
PONTES BAPTISTA E ASSOCIADOS, SROC	9.702,00 €	1.406,88 €	8.295,12 €

2013

Nome	Remuneração Anual		
	Bruta	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
PONTES BAPTISTA E ASSOCIADOS, SROC	9.702,00 €	1.406,88 €	8.295,12 €

Funções e Responsabilidades

1. Conselho Administração

Presidente e Diretor Clínico para os Cuidados de Saúde Primários – António Maria Vieira Pires:

(sem prejuízo das suas competências específicas constantes nos artigos 8.º e 9.º do Anexo III ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10/02, que aprovou os Estatutos das Unidades Locais de Saúde, EPE)

Áreas de: Gestão Financeira, Auditoria Interna, Comunicação e Imagem, Estatística e Planeamento, Gestão de Projetos, Serviços Jurídicos e Contencioso, Gabinete do Cidadão, Cuidados de Saúde Primários, Saúde Pública e Saúde Oral

Vogal (Diretor Clínico) – Maria Eugénia Monteiro André:

(sem prejuízo das suas competências específicas constantes nos artigos 8.º e 9.º do Anexo III ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10/02, que aprovou os Estatutos das Unidades Locais de Saúde, EPE)

Área de: Cuidados de Saúde Hospitalares.

Vogal – Catarina Maria Alves Arizmendi Filipe:

Áreas de: Recursos Humanos, Compras e Logística, Serviço Social, Investigação, Formação e Ensino, Segurança, Higiene e Risco Geral.

Vogal (Enfermeiro Diretor) – José Valdemar da Silva Rodrigues:

(sem prejuízo das suas competências específicas constantes no artigo 10.º do Anexo III ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10/02, que aprovou os Estatutos das Unidades Locais de Saúde, EPE)

Áreas de: Esterilização, Assistência Espiritual e Religiosa e Investigação, Formação e Ensino.

Vogal (Comunidade Intermunicipal) – José Nunes:

Áreas de: Instalações e Equipamentos, Transportes, Informática e Comunicação, Hotelaria e Apoio Geral e Nutrição, Alimentação e Dietética

2. Fiscal Único

Competências próprias constantes no artigo 17.º do Anexo III ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10/02, que aprovou os Estatutos das Unidades Locais de Saúde, EPE

3. Conselho Consultivo

Competências próprias constantes no artigo 22.º do Anexo III ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10/02, que aprovou os Estatutos das Unidades Locais de Saúde, EPE

Síntese Curricular

1. Conselho de Administração

Presidente e Diretor Clínico Área Cuidados de Saúde Primários – António Maria Vieira Pires

Vogal (Diretor Clínico Área Cuidados de Saúde Hospitalares) – Maria Eugénia Monteiro André

Vogal – Catarina Maria Alves Arizmendi Filipe

Vogal – (Enfermeiro Diretor) - José Valdemar da Silva Rodrigues

1.1.1. Presidente CA - António Maria Vieira Pires

Data de Nascimento: 18 de março de 1950

Habilitações Académicas: Licenciatura em Medicina

Atividade Profissional: Médico

Médico policlínico no centro de saúde de Penamacor, de janeiro a setembro de 1977. Concluiu o internato geral em 1978, no Hospital Distrital de Castelo Branco. Efetuou serviço médico à periferia em 1979. Cumpriu o Serviço Militar Obrigatório, como médico, entre 1979 e 1980.

Entre 1981 e 1982 permaneceu no Serviço Medicina do Hospital Distrital de Castelo Branco. Colocado no centro de saúde de Castelo Branco em maio de 1982.

Presidente da Comissão de Ética da Sub -Região de Saúde de Castelo Branco entre 1982 e 1995. Concluiu, em 1985, o Curso de Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública, em Lisboa. Especialista em Saúde Pública desde 1986.

Foi diretor do centro de saúde de Castelo Branco. Colaborou na Comissão de Saúde Infantil, entre 1984 e 1995. Em 1987 foi nomeado vogal -médico da então Administração Regional de Saúde de Castelo Branco e, posteriormente, seu presidente. Foi coordenador da Sub -região de saúde de Castelo Branco.

Em 1989 fez exame de saída da especialidade de Medicina Geral e Familiar. Em 1996 regressou ao centro de saúde de Castelo Branco, onde fez concurso para consultor e, posteriormente, para chefe de serviço de Medicina Geral e Familiar.

Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco desde 2011.

Detentor da competência em Gestão de Serviços de Saúde pela Ordem dos Médicos. Auditor clínico pela Ordem dos Médicos e pela Direção -Geral da Saúde. Concluiu o Curso de Medicina Legal e Social e do Trabalho na Faculdade de Medicina de Coimbra.

Foi docente da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, durante quase vinte anos. É Professor Associado Convidado da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior.

Foi Presidente da Direção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco.

Frequentou, em 2013, o XVII Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde, na AESE.

1.1.2. Vogal do CA – Maria Eugénia Monteiro André

Data de Nascimento: 03 de novembro de 1964

Habilitações Académicas: Licenciatura em Medicina

Atividade Profissional: Médica

Grau de assistente de Medicina Interna (1996). Provimento para assistente hospitalar de Medicina Interna no Hospital Distrital do Fundão (1997). Grau de consultor em Medicina Interna (2006). Assistente hospitalar graduada sénior de Medicina Interna desde 2014.

Adjunta do Diretor Clínico no Hospital Distrital do Fundão (1997 -1999). Diretora Clínica Adjunta para o Centro Hospital Cova da Beira (C.H.C.B.). Adjunta do Diretor Clínico do C.H.C.B., com delegação de competências para o Hospital do Fundão (2003 -2005). Presidente da Unidade Gestora do Hospital do Fundão (2003). Diretora do Hospital do Fundão (2004) e coordenadora da Unidade Básica de Urgência (2005). Responsável pelo Serviço de Urgência do Hospital Amato Lusitano — ULS de Castelo Branco (fevereiro de 2010 -outubro de 2012).

Vogal do Conselho de Administração da ULS Castelo Branco, diretora clínica (junho 2010 - novembro 2011). Diretora do Serviço de Medicina Interna da ULS Castelo Branco (desde 2014).

Coordenadora da Comissão de Infecção Hospitalar do Hospital Distrital do Fundão (1997 -2000). Membro executivo da Comissão de Controlo de Infecção Hospitalar do C.H.C.B. (2001 -2006).

Leader do Grupo PCI para a Acreditação da «Joint Commission International». Membro do grupo da revisão do processo clínico da JCI. Membro da equipa de auditoria do projecto Alert no C.H.C.B. Membro do Conselho Coordenador da Avaliação (SIADAP) do C.H.C.B.

Curso de Formação em Codificação CID -9 –MC (desde 1998) e CID 10 (2016). Curso de formação profissional de «Condução de Auditorias Internas». Curso de pós -graduação em Gestão de Serviços de Urgência pelo INDEG/ISCTE (2005 -2006). Membro do Colégio de Medicina Interna da Ordem dos Médicos e da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna. Membro da Sociedade Portuguesa de Medicina Intensiva. Membro da Associação Portuguesa de Infecção Hospitalar.

Professora Associada Convidada da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior. Orientadora de formação pós -graduada (internato complementar).

Integrou a organização de diversos eventos, tendo participado em reuniões científicas e publicações nas áreas da Medicina Interna e da Medicina Intensiva. Participou em vários júris de avaliação e/ou provimento, na qualidade de presidente ou vogal.

1.1.3. Vogal do CA – Catarina Maria Alves Arizmendi Filipe

Data de Nascimento: 02 de fevereiro de 1978

Habilitações Académicas: Licenciatura em Direito

Atividade Profissional: Administradora Hospitalar

Concluiu o Programa de Alta Direção de Serviços de Saúde (Escola de Direção de Negócios — AESE — 2013).

Diretora da Unidade de Gestão de Doentes do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, desde 01 de outubro de 2012;

Administradora de área do Serviço de Reabilitação Pediátrica e de Desenvolvimento, Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, de julho de 2008 até à presente data;

Técnica Superior no Gabinete de Apoio ao Utente do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, de Julho de 2006 a outubro de 2012;

Técnica Superior na Unidade de Recursos Humanos, Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, de Novembro de 2007 até setembro de 2012;

Técnica Superior no Gabinete Jurídico e Contencioso, Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, de Julho de 2006 a setembro de 2007.

Responsável pelo Projeto BPAI — Banco de Produtos de Apoio para a Inclusão, projeto vencedor de uma menção honrosa atribuída pelo Prémio BPI Capacitar 2001.

1.1.4. Vogal do CA – José Valdemar da Silva Rodrigues

Data de Nascimento: 30 de setembro de 1974

Habilitações Académicas: Licenciatura em Enfermagem

Atividade Profissional: Enfermeiro

Exerceu funções de corresponsabilidade na gestão de Enfermagem dos Serviços da ULS de Castelo Branco (ULSCB) de Nefrologia (de fevereiro de 2001 a Setembro de 2009) e de Medicina (de maio de 2014 a setembro de 2015). De realçar o papel que teve na elaboração vários protocolos operacionais e organização de jornadas científicas dos respetivos serviços.

Exerce funções de Enfermeiro responsável do Serviço de Urologia da ULSCB desde 1 de outubro de 2015.

Participou no grupo de trabalho responsável pela implementação do preenchimento da informação clínica, (Despacho n.º 2784/13, de 20 de fevereiro).

Formador de enfermeiros da ULSCB em Linguagem CIPE e na utilização da plataforma SClinico (num total de 128 horas de formação) e no Programa de Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem da Ordem dos Enfermeiros (num total de 77 horas de formação).

Enfermeiro parametrizador da plataforma SClinico no perfil de enfermagem desde 19 de maio de 2011.

Embaixador e dinamizador da Plataforma de Dados da Saúde na ULSCB desde fevereiro de 2013.

Pertence à Comissão de Informatização Clínica da ULSCB desde fevereiro de 2015.

Integra a Comissão de Qualidade e Segurança do Doente da ULSCB na área da Segurança do doente e gestão do risco Clínico.

1.1.5 Vogal do CA – José Nunes

Data de Nascimento: 20 de fevereiro de 1963

Habilitações Académicas: Doutoramento em Engenharia Mecânica

Atividade Profissional: Engenheiro e Professor

De 1997 até ao presente — Professor Adjunto de Nomeação Definitiva, na Escola Superior Agrária e da Escola Superior de Tecnologia, do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

De 2000 a 2007 — Coordenador da Comissão Distrital de Segurança Rodoviária do Distrito de Castelo Branco.

De 1996 a 2007 — Coordenador do Centro de Exames de Condução da Delegação de Viação Distrital de Castelo Branco.

De 1996 a 2007 — Coordenador do Centro de Processamento dos processos de contraordenação inerentes ao Código da Estrada, da Delegação de Viação Distrital de Castelo Branco.

De 1996 a 2007 — Diretor da Delegação Distrital de Castelo Branco, da Direção Geral de Viação (DGV) de Castelo Branco.

De 1994 a 1997 — Professor Adjunto de Nomeação Provisória na Escola Superior Agrária de Castelo Branco, do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

De 1991 a 1994 — Equiparado a Assistente do 2.º Triénio na Escola Superior Agrária de Castelo Branco, do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

De 1989 a 1991 — Assistente Estagiário, na Universidade da Beira Interior, Departamento de Eletromecânica.

De 1987 a 1989 — Professor do Ensino Secundário das disciplinas de Matemática (1.º GR) e de Mecanotecnica (2.º GR -A) na Escola Industrial e Comercial Machado de Castro (Lisboa) e Escola Secundária Amato Lusitano (Castelo Branco).

2. Fiscal Único

2.1. Efetivo – Oliveira Reis & Associados, SROC, representada pelo Dr. João Carlos Cruzeiro da Silva

Data de Nascimento: 16 de maio de 1965.

Habilitações Académicas: Licenciatura em Gestão de Empresas.

Atividade Profissional: Revisor Oficial de Contas.

2.2. Suplente – Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha

3. Conselho Consultivo

3.1. Presidente – General António dos Santos Ramalho Eanes

Data de Nascimento: 25 de janeiro de 1935.

Habilitações Académicas: Doutoramento.

Atividade Profissional: General do Exército.

3.2. Representante dos Trabalhadores – Ercília Maria Santos Antunes Silva Ventura

Data de Nascimento: 30 de outubro de 1966.

Habilitações Académicas: Curso de Enfermagem Geral.

Atividade Profissional: Enfermeira Chefe.